

PAULO AFONSO BRUM VAZ

**A JUDICIALIZAÇÃO
DOS DIREITOS
DA SEGURIDADE SOCIAL**



Rua Itupava, 118 - Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazon
Claudia Rosane Roesler
Daniela Cademartori
Fabiano Hartmann Peixoto
Guido Aguila Grados
Ingo Wolfgang Sarlet
Isaac Reis

Jairo Enrique Herrera Pérez
Jairo Gilberto Schäfer
José Antonio Savaris
Marcos Garcia Leite
Luis Alberto Petit Guerra
Paulo Márcio Cruz
Zenildo Bodnar

V393

Vaz, Paulo Afonso Brum
A judicialização dos direitos da seguridade social / Paulo Afonso
Brum Vaz - 1.ed. – Curitiba: Alteridade Editora, 2021.
392p.; 21cm

ISBN 978-85-89533-24-5

1. Seguridade social. 2. Processos previdenciários.
3. Judicialização. I. Título.

CDD 344.032(22.ed)
CDU 349.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9/626
Diagramação: Jonny M. Prochnow
Capa: Paulo Benczik

SUMÁRIO

Abreviaturas	23
Introdução Geral	25
Capítulo I – NOVAS FACES DA SOCIEDADE PÓS-MODERNA:	
Metamorfoses do Estado, da Política, do Direito e da Justiça.....	37
1.1 - Introdução.....	37
1.2 - Modernidade e pós-modernidade: aportes epistemológicos.....	38
1.3 - Transformações do Estado Moderno: globalização e perspectivas para o futuro do Estado, do Direito, da Política e da Justiça	50
1.4 - O que aporta o momento político atual: a pós-democracia?	67
Capítulo II – UTOPIAS, PARADOXOS E POSSIBILIDADES DO WELFARE STATE DO SÉCULO XXI	77
2.1 - Introdução.....	77
2.2 - A paradoxal emergência do Estado do Bem-Estar Social: por contingência do capitalismo.....	82
2.3 - A utopia do modelo europeu de seguridade: realidades diferentes em diversos planos.....	92
2.4 - O paradoxo da econômica política: o capitalismo democrático pode ser humanista?	95
2.5 - A utopia capitalista da redução da carga tributária: acreditar que é possível compatibilizar redução de tributos e manutenção do Estado do Bem-Estar Social	102
2.6 - O paradoxo neoliberal da minimização do Estado do Bem-Estar Social a contrário senso da maximização dos riscos sociais	106

2.7 - Paradoxo ultraliberal e neoconservador da minimização do Estado Social: a falha da racionalidade eficientista econômica.....	115
2.8 - Paradoxos do “Estado maqueiro” (garantidor): a operação de salvamento do sistema financeiro e os reflexos no Estado do Bem-Estar Social	118
2.9 - Da utopia da autossuficiência das normas jurídico-constitucionais à insuficiência do superdiscurso normativo constitucional dos direitos fundamentais.....	127
2.10 - A proibição de retrocesso social – princípio jurídico ou utopia?	131
2.11 - O paradoxo da reserva do possível e o problema orçamental dos custos diante da judicialização dos Direitos da Seguridade Social	140
2.12 - O paradoxo reducionista do mínimo existencial: artifício subalternizando os direitos sociais?.....	144
2.13 - O paradoxo da hipertrofia da dignidade da pessoa humana: um metadiscurso que apresenta riscos.....	148
Capítulo III – CRISES DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL E A REDUÇÃO DO NÍVEL DE RECONHECIMENTO E CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS DA SEGURIDADE SOCIAL	153
3.1 - Introdução.....	153
3.2 - Crises que não escondem a intenção do mercado de assumir e lucrar com os direitos sociais	154
3.3 - A crise política	158
3.4 - A crise de legitimidade e eficiência gerencial.....	161
3.5 - A crise filosófica.....	163
3.6 - A crise econômica, fiscal, financeira ou orçamentária.....	165
3.7 - A crise demográfica.....	167
Capítulo IV _ ONTOLOGIA DA JURIDIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E DA JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: O Contributo do Estado de Bem-Estar Social.....	173
4.1 - Introdução.....	173
4.2 - Noções sobre a juridificação e a judicialização.....	174
4.3 - O problema da justiciabilidade dos direitos sociais e o mito da separação dos poderes	180

4.4 - O que aporta a retirada do Welfare State à judicialização dos direitos da seguridade social?	194
4.5 - Fatores indutores da hiperjudicialização dos Direitos da Seguridade Social	201
Capítulo V – IMPACTOS DA CRISE ECONÔMICA NO ACESSO AOS DIREITOS DA SEGURIDADE SOCIAL: Repercussões no Âmbito da Judicialização e das Decisões Judiciais	209
5.1 - Introdução	209
5.2 - A Informalidade no mercado de trabalho e seus efeitos no sistema de direitos da seguridade social	211
5.3 - Desemprego e seus efeitos no sistema dos Direitos da Seguridade Social	214
5.4 - As camadas inferiores sofrem mais com a inflação, as reformas e a própria distributividade negativa dos benefícios do Sistema de Seguridade Social	217
5.5 - Inflexões da crise socioeconômica brasileira na tutela jurisdicional da Seguridade Social	220
Capítulo VI – JUDICIALIZAÇÃO E PROCESSO PREVIDENCIÁRIO: Por uma Hermenêutica e uma Teoria da Decisão que Atenda aos Objetivos Humanizantes da Judicialização dos Direitos da Seguridade Social	223
6.1 - Introdução	223
6.2 - A humanização da jurisdição pela equiparação das partes: o empoderamento como condição de possibilidade do direito à igualdade distributiva	224
6.3 - O humanismo nas decisões previdenciárias e as três palavras mágicas: amor, alteridade e solidariedade	228
6.4 - Processo Previdenciário e seus desafios: teorias de justiça, justiça social e superação do utilitarismo	234
6.5 - Processo Previdenciário e as idiosincrasias da temporalidade massificada: a busca do equilíbrio kairológico como ideal de justiça	239
6.6 - A nova face social da Justiça Previdenciária	257
Capítulo VII – A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS DA SEGURIDADE SOCIAL (SAÚDE, PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL): Contributos, Estatísticas, Circunstâncias, Idiosincrasias e Proposições	291
7.1 - Introdução	291

7.2 - Estado da arte: dados estatísticos sobre a judicialização dos Direitos da Seguridade Social.....	291
7.3 - Estatísticas sobre os Direitos da saúde.....	292
7.4 - Estatísticas da Previdência e Assistência Social.....	293
7.5 - A Judicialização intensa acerca de benefícios por incapacidade temporária e definitiva: multiplicidade de fatores.....	296
7.6 - Crítica da estatística: os dados que mostram tudo, menos o essencial!.....	299
7.7 - Possíveis soluções para promoção da desjudicialização.....	304
7.8 - Diálogo interinstitucional e políticas públicas de desjudicialização....	309
7.9 - Assistência Judiciária Gratuita e Judicialização: sobre a possibilidade de definição jurisprudencial de um parâmetro inicial objetivo para o seu deferimento no Processo Previdenciário.....	311
7.9.1 - Introdução.....	311
7.9.2 - Riscos intrínsecos à limitação do acesso à AJG pelas vias legislativa e judicial.....	312
7.9.3 - Limitação do acesso à justiça pela criação de óbices legais à concessão da AJG.....	313
7.9.4 - A jurisprudência pacífica que rechaça a adoção de parâmetros objetivos estanques para o (in)deferimento da AJG confrontada pela práxis pretoriana.....	316
7.9.5 - Reflexões sobre um possível parâmetro específico para o processo previdenciário.....	319
7.9.6 - Possíveis parâmetros e suas inconsistências.....	321
7.9.7 - Conclusão.....	324
7.10 - Por um choque de eficácia no processo administrativo previdenciário: o percurso do conflito previdenciário e o modelo administrativo de solução como contributos para litigiosidade.....	325
Capítulo VIII – JUDICIALIZAÇÃO INDIVIDUAL VERSUS JUDICIALIZAÇÃO COLETIVA: Repensando os Modelos de Tutela Jurisdicional da Seguridade Social.....	335
8.1 - Introdução.....	335
8.2 - Algumas ponderações prévias que precisam ser feitas.....	338
8.3 - A retórica da discriminação entre os que judicializam e os que não judicializam e a desarticulação das políticas públicas diante da judicialização dos Direitos da Seguridade Social.....	340

8.4 - Judicialização e desfalques orçamentários	342
8.5 - Judicialização sobre questões de fato (probatórias): benefícios por incapacidade, indeferimentos e perícias administrativas	349
8.6 - Ações coletivas como mecanismos de prevenção da judicialização e isonomização dos Direitos da Seguridade Social	353
8.7 - Decisões e medidas estruturantes como mecanismos de prevenção da judicialização	356
8.8 - A otimização do microssistema de demandas repetitivas com a vinculação do Poder Público aos precedentes firmados	358
Conclusões	361
Referências Bibliográficas	367